

O Diálogo entre o Escritor e o Cidadão

Teresa Sousa de Almeida



Almeida Garrett.
Estampa da Biblioteca Geral da
Universidade de Coimbra.
Fotografia de Isabel Rochinha.

ALMEIDA GARRETT FOI UM INTELLECTUAL QUE SE envolveu directamente na realização de um projecto político, intervindo várias vezes e de diferentes modos na vida pública do país. Este artigo não pretende, no entanto, analisar as relações entre a obra do escritor e as acções práticas do cidadão; pelo contrário, procura estudar a forma como o autor se apresentou ao seu público, criando uma espécie de figuração de si próprio.

São várias as imagens que Garrett oferece aos seus leitores. Por vezes, parece querer dizer que o projecto literário que leva a cabo só adquire um sentido por ser simultaneamente pedagógico e nacional, relacionando directamente a evolução política do Reino com a sua actividade de escritor. Noutros momentos, pelo contrário, insinua que os seus múltiplos afazeres o impedem de dedicar-se completamente à escrita, servindo então a Política como justificação para o afastamento da Literatura. O percurso não é, pois, linear. De obra para obra, o autor modifica a sua perspectiva, contradiz-se a si próprio, encena-se de diferentes maneiras. No entanto, poder-se-á encontrar uma espécie de paradigma comum: ao relacionar, em muitos dos prefácios que assina, a escrita dos seus livros com a sua actividade política, Garrett tenta provar que o seu destino individual está indissolivelmente ligado ao destino da Nação.

Difícilmente se pode conjugar um trabalho político com uma vocação poética. Garrett tenta conciliar o que, por natureza, parece inconciliável, em busca de uma coerência que, por ser precária, nunca é definitiva e que, por ser contraditória, acaba apenas por se revelar através da sua própria instabilidade. Neste trabalho, tentar-se-ão analisar alguns momentos deste percurso, através de exemplos colhidos nas suas obras. Não se pretende encontrar o autor empírico, mas apenas o autor textual, ou seja aquele que constantemente se encena nos prefácios que escreve e nas notas que assina.

Num primeiro momento, com *Camões*, publicado pela primeira vez em 1825, Garrett glorifica-se a si próprio, identificando-se com um poeta genial perseguido pelo poder. Nas sucessivas edições do poema, sempre revistas com cuidado, o autor tenta mostrar como a sua biografia pode ser analisada como um espelho da vida do poeta quinhentista. Por exemplo, numa nota à segunda edição escreve:

*«Quase todo este poema foi escrito no verão de 1824 em Ingouville, ao pé do Havre-de-Grâce, na margem direita do Sena. Passei ali cerca de dois anos da minha primeira emigração tão só e consumido, que a mesma distração de escrever, o mesmo triste gosto que achava em recordar as desgraças do nosso grande Génio, me quebrava a saúde e destemperava mais os nervos»*¹.

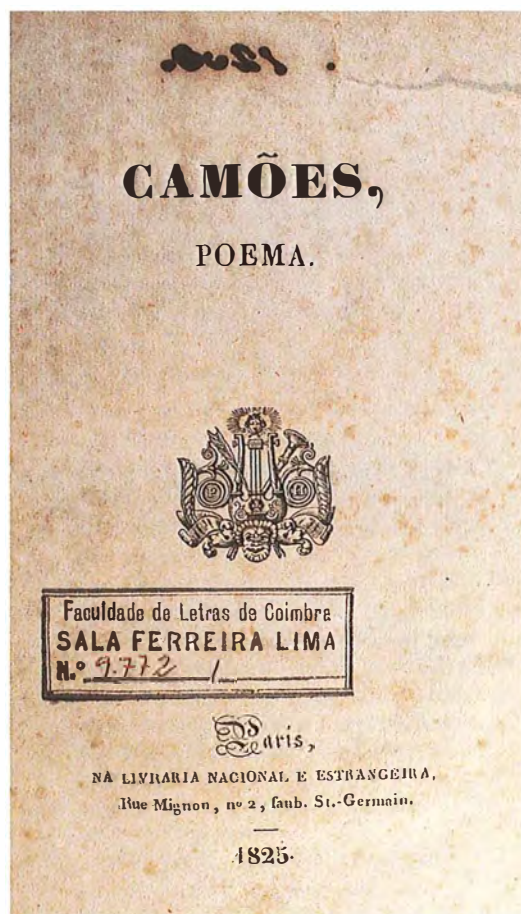
Tal como Camões ofereceu *Os Lusíadas* a um país que iria perder a independência, assim Garrett escreveu um texto onde aqueles que resistiam ao poder absolutista se poderiam reconhecer. A circulação da sua obra foi um acto de resistência:

*«A primeira edição deste poema, que se concluiu em Paris em 22 de Fevereiro de 1825, extinguiu-se logo em dois anos pelo ingénuo favor do público [...] Era, de mais a mais, obra de um pros-crito: apenas se anunciava entre os amigos, ao ouvido. Só um ano depois de publicada e mais de meia extraída a edição, é que dela se pôde fazer aviso nas folhas públicas de Portugal, quando restaurada a liberdade pela outorga da Carta»*².

O livro identifica-se, assim, com o destino da Pátria, sendo também uma inscrição da sua memória. Como viu Eduardo Lourenço³, a Literatura tem, para Garrett, a estranha capacidade de devolver a uma Nação a sua essência perdida. Por isso, ao escritor cabe a obrigação de a cele-

brar incessantemente restituindo-a à sua origem, mesmo que esta pareça estar definitivamente perdida.

No entanto, o autor várias vezes confessa ter abandonado, em parte, a sua actividade literária, para se dedicar ao trabalho político. Essa traição à Literatura, em geral, e à Poesia, em particular, não precisa de ser justificada. Nesses momentos, Garrett insinua que os destinos do Reino são bem mais importantes do que as obras que ele próprio produz. Por exemplo, no prólogo à segunda edição de *Dona Branca*, de 1848, Garrett, num tom irónico, explica que a sua condição de poeta resulta de uma espécie de fado, por



Camões, Poema. Paris, Livraria Regional e Estrangeira, 1825.
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Fotografia de Isabel Rochinha.

si próprio contrariado. No entanto, foi o destino do país que o obrigou a escrever, primeiro na Universidade⁴, actividade que interrompeu por ter entrado cedo «no mundo e nas agitações políticas». Mais tarde, no exílio reencontrará a sua vocação escondida. A sua vida oscila, assim, entre dois pólos:

«Por mais de dois anos as não viastas musas. Mas emigrei; e a solidão, a tristeza, as saudades no exílio me submeteram de novo a seu império. Foi então que fiz a Dona Branca; e de então data a luta constante de minha vida em que, ora triunfo eu e a minha razão, ocupando-me de coisas graves e úteis quanto posso e me deixam – ora vem o ócio e a descrença política e me adormecem os braços das traidoras Dalilas que me tosquiam raso como Sansão, e recaio a fazer literatura... aos Filisteus»⁵.

A Literatura parece ser tomada aqui como uma forma de lazer, como algo que se pratica quando já não se acredita em mais nada. No entanto, o texto é ambíguo, porque joga numa zona de indecisão que não é possível clarificar. Não podemos saber se «as traidoras Dalilas» se identificam com as Musas, se com o ócio e a descrença política. Ambas as possibilidades conferem, no entanto, estranhos poderes à Literatura. No primeiro caso, ela terá a capacidade de anular a força da razão; no segundo caso, ela é algo que irrompe quando o autor se distrai ou se desilude. Em qualquer das possibilidades, mais do que um Fado, a Literatura parece ser algo que transcende a vontade do sujeito, que está para além dele, manifestando-se sempre que encontra uma espécie de fractura no real.

Garrett parece querer delinear uma determinada figura do escritor que se confunde, nalguns momentos, com a figura do exilado. No mesmo prefácio, escreve ainda:

«Assim me tentei a fazer a Dona Branca há mais de vinte anos, quando emigrado e criança em país estrangeiro: assim me tenho agora quando emigrado em minha casa – e homem maduro, que já devia ter algum juízo – a revê-la e aperfeiçoá-la»⁶.

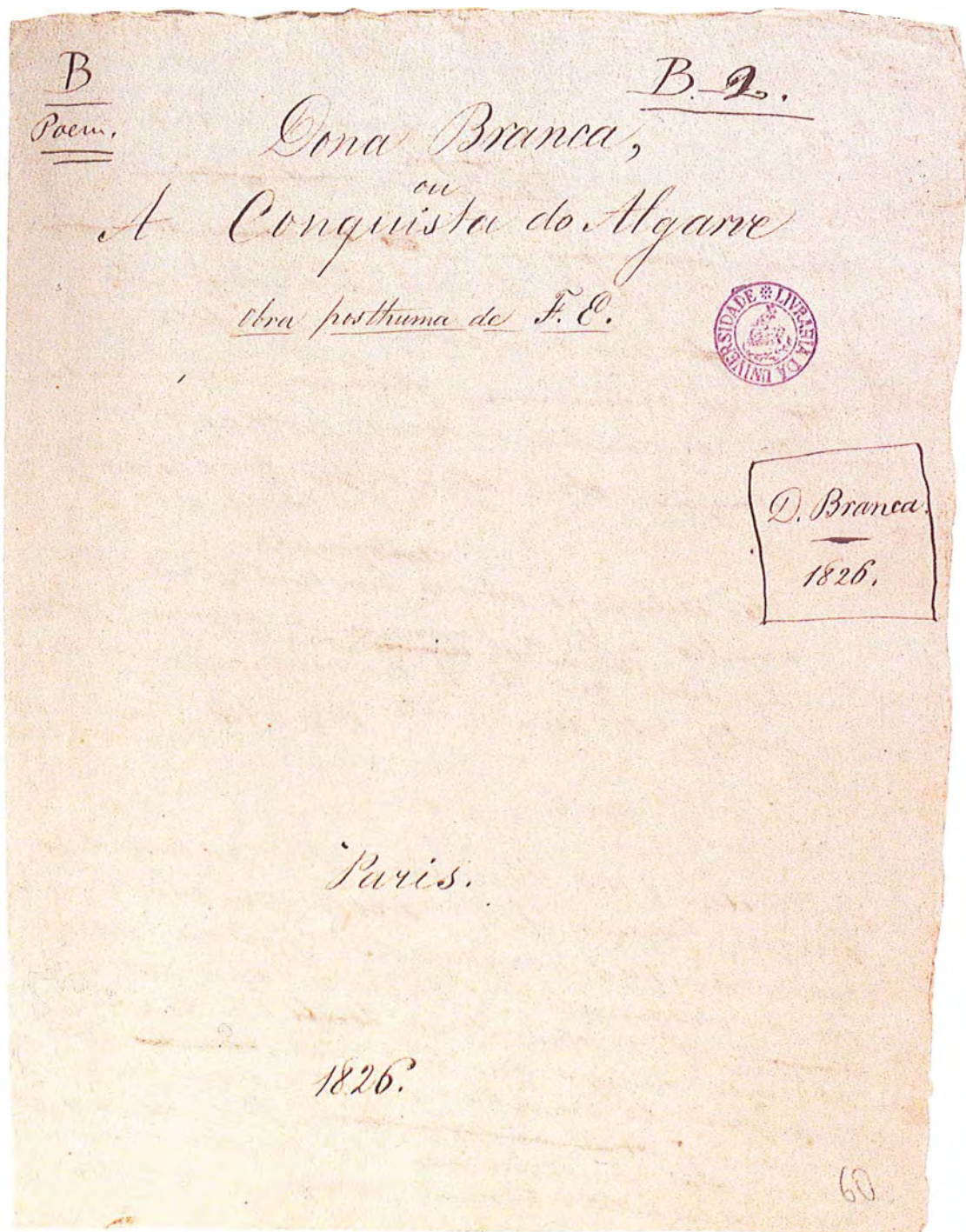
O escritor é aquele que está exilado, afastado que foi porque a Pátria não quis ouvir a sua Voz. A figura oculta do proscrito reaparece periodicamente, como se a distância (literal ou figurada) fosse condição necessária para se poder escrever.

Noutros momentos, porém, o autor reivindica a sua obra como algo que teve um peso determinante na vida do país. Por exemplo, na introdução ao *Romanceiro*, escreve:

«Eu que ousei levantar o pendão da reforma literária nesta terra, soltar o primeiro grito de liberdade contra o domínio opressivo e antinacional da falsa literatura, dói-me a consciência de ver a anarquia em que andamos depois que ele foi aniquilado; pesa-me ver o bom instinto dos jovens talentos, desvairado em suas melhores tendências, procurar na imitação estrangeira o que só pode, o que só deve achar em casa»⁷.

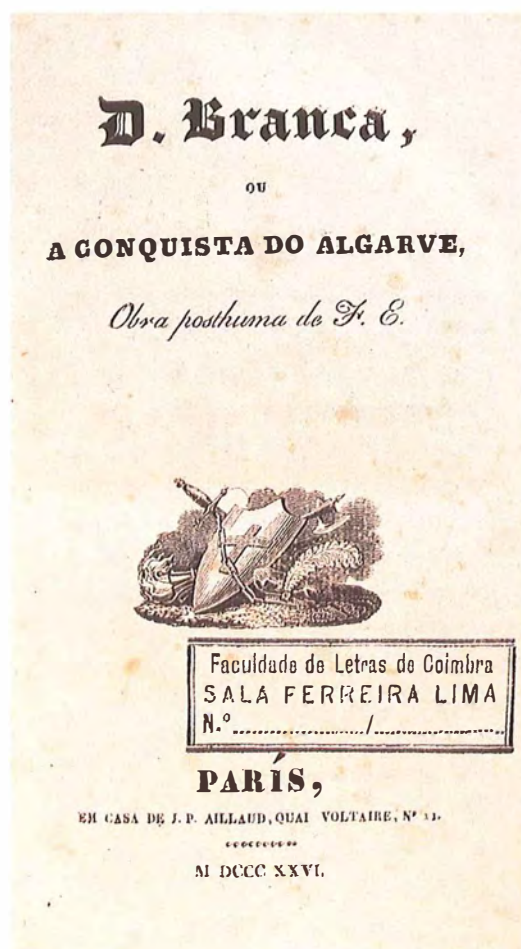
Como se sabe, a recolha feita por Garrett tem um propósito pedagógico e nacionalista. Devolvendo ao país as suas raízes primeiras, Garrett pensa poder contribuir para que a nação se possa encontrar a si própria. No entanto, esta primeira leitura não parece ser transparente, dado que os textos se encontram de tal forma desfigurados que se torna necessário decifrá-los:

«O que é preciso é estudar as nossas primitivas fontes poéticas, os romances em verso e as legendas em prosa, as fábulas e crenças e as superstições antigas: lê-las no mau latim moçárabe meio suevo ou meio godo dos documentos



Dona Branca, ou A Conquista do Algarve.
Paris, 1826. Primeira página do manuscrito.
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
Fotografia de Isabel Rochinha.

Dona Branca, ou A Conquista do Algarve.
 Paris, 1826.
 Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
 Fotografia de Isabel Rochinha.



é o povo e as suas tradições e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros. E por tudo isso é que a poesia nacional há-de ressuscitar verdadeira e legítima, despido, no contacto clássico, o sudário da barbaridade, em que foi amortalhada quando morreu, e com que se vestia quando era viva»⁹.

É apenas quando parece acreditar na poesia que Garrett consegue fundir a sua duplavocação de escritor e de político. A publicação do *Romanceiro* é por si celebrada como um serviço que fez ao seu país, como se fosse possível reencontrar a nação através do conhecimento das suas fontes. No entanto, o autor tem consciência de que a verdadeira poesia é uma espécie de utopia que não se chega a realizar, tal como não é possível recuperar de uma forma total as raízes desfiguradas do passado nacional. Entre a perda da origem e a desilusão do presente, o escritor tenta inscrever a sua voz, procurando desbravar caminhos novos ou corrigir erros antigos, em nome de um projecto literário cuja coerência anuncia, mas que apenas se revela através das suas próprias contradições.

obsoletos, no mau português dos forais, das leis antigas e no castelhano do mesmo tempo [...]»⁸.

Para Garrett, nada parece ser linear. A força com que reivindica um projecto de restauração das letras não é inconciliável com a consciência de que a origem não pode ser encontrada. Apenas se poderá fazer uma leitura e reencontrar uma certa forma de escrita:

«O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que

¹ «Camões de Almeida Garrett», apresentação crítica, notas e sugestões para a análise literária, Teresa Sousa de Almeida, Comunicação, 1986, p. 199.

² *Id.*, *ibid.*, p. 45.

³ Eduardo Lourenço, «Da literatura como interpretação de Portugal», in *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1978, pp. 85-126.

⁴ «A maldita mania das comédias particulares que apareceu ali de repente entre os estudantes, o entusiasmo da Revolução de Vinte que me apanhou em flagrante, rodeado de Enciclopedistas, de Rousseaus e de Voltaires, deitaram a perder tudo... atirei com o gorro por cima da ponte e fiz versos» (Almeida Garrett, *Obras*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, p. 461).

⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 462.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 462.

⁷ Almeida Garrett, *Obras*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, p. 679.

⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 682.

⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 682.